Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	
2.2 Resultados operacional e financeiro	21
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	24
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	26
2.5 Medições não contábeis	28
2.6 Eventos subsequentes as DFs	33
2.7 Destinação de resultados	34
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	40
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	41
5.2 Descrição dos controles internos	46
5.3 Programa de integridade	47
5.4 Alterações significativas	50
5.5 Outras informações relevantes	51

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações financeiras constantes neste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso website de Relações com Investidores da Companhia (<u>ri.mills.com.br</u>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (<u>www.cvm.gov.br</u>). As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas no item 2 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre à nossa estrutura financeira e patrimonial nos períodos indicados abaixo:

Em R\$ Milhões	Em 31 de dezem	Em 31 de dezembro		
	2022	2021		
Patrimônio Líquido	1.239,4	1.093,0		
Imobilizado	912,6	442,4		
Ativo Circulante	1.182,0	478,2		
Caixa e equivalentes de caixa	780,1	202,7		
Depósitos bancários vinculados	16,0	11,9		
Contas a Receber	247,1	155,2		
Passivo Circulante	416,9	183,3		
Dívida Bruta	884,6	148,3		
Dívida Líquida	88,5	-66,4		
EBITDA Ajustado LTM*	512,5	308,7		
Dívida líquida / Ebitda Ajustado LTM	0,2	-0,2		
Indice de Liquidez Corrente (i)	2,8	2,6		
Indice de Liquidez Imediata (ii)	1,9	1,2		
Indice de Liquidez Seca (iii)	2,5	2,2		

⁽i) A Liquidez Corrente é um indicador definido como a divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de

⁽ii) A Liquidez Imediata é um indicador definido como a divisão do Caixa e equivalente de caixa pelo Passivo Circulante.

⁽iii) A Liquidez Seca é um indicador definido como soma do Caixa e Equivalente de Caixa mais Contas a Receber, dividida pelo Passivo Circulante.

^{*}Excluindo as despesas não recorrentes

curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia era de R\$1.182,0 milhões, e era superior em R\$ 765,1 milhões ao passivo circulante, que era de R\$ 416,9 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,8x. Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R\$478,2 milhões, e era superior em R\$ 295,0 milhões ao passivo circulante, que era de R\$183,3 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,6x.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado (LTM) era de 0,2x e -0,2x, respectivamente. Essa variação é reflexo principalmente da 6ª e 7ª emissão de debêntures da Companhia, no montante de R\$300 milhões em março de 2022 e R\$430 milhões em dezembro de 2022 respectivamente, como também dos elevados investimentos realizados em 2021 e 2022 para o seu plano de crescimento e diversificação.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento, seja por meio de expansão orgânica ou da realização de novas aquisições, uma vez que financia suas operações por meio de capital próprio e recursos de terceiros.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2022	AV	2021	AV
Capital próprio	1.239,4	47,9%	1.093,0	75,4%
Capital de terceiros	1.349,1	52,1%	357,0	24,6%
Total Estrutura de Capital	2.588,4	100,00%	1.450,0	100,00%

(i) Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

A composição do patrimônio líquido da Companhia é como segue:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
(,	2022	AV	2021	AV
Capital social subscrito	1.091,6	88,1%	1.090,3	99,8%
Reservas de capital	1,5	0,1%	43,2	4,0%
Reservas de lucros	203,6	16,4%	44,4	4,1%

Ações em tesouraria	-41,5	-3,3%	-70,2	-6,4%
Ajuste de Avaliação patrimonial	-18,0	-1,5%	-17,1	-1,6%
Participação de acionistas não controladores	2,2	0,2%	2,2	0,2%
Total Patrimônio Líquido	1.239,4	100,0%	1.093,0	100,0%

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 é representado pelo valor de R\$ 1.091.560 (R\$1.090.336 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 246.308.856 (252.168.730 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Em reunião do Conselho de Administração em 22 de agosto de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício, pelo beneficiário, de opções de compra de ações nos termos do Programa de Outorga de Opções 1/2016, no valor de R\$455,0 mil passando de R\$1.091.105 mil para R\$1.091.560 mil.

Em reunião do Conselho de Administração em 19 de maio de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício, pelo beneficiário, de opções de compra de ações nos termos do Programa de Outorga de Opções 1/2016, no valor de R\$769,3 mil passando de R\$1.090.336 para R\$1.091.105.

Em reunião do Conselho de Administração em 21 de maio de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício, pelo beneficiário, de opções de compra de ações nos termos do Programa de Outorga de Opções 1/2016, no valor de R\$686 mil passando de R\$1.089.650 para R\$1.090.336.

Em reunião do Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício, pelo beneficiário, de opções de compra de ações nos termos do Programa de Outorga de Opções 1/2016, no valor de R\$8 mil passando de R\$1.089.642 para R\$1.089.650.

Os diretores da Companhia geralmente utilizam tanto capital próprio, oriundo de geração de caixa operacional, como capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, para financiar as necessidades de investimentos em ativos não-circulantes e capital de giro da Companhia. Para operações estratégicas, quando necessário, a Companhia pode recorrer ao capital dos seus acionistas ou de terceiros, mediante a emissão de ações.

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) Capital de Terceiros

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:			
(company control of	2022	%	2021	%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	884,6	65,6%	148,3	41,5%
Contas a pagar Terceiros	224,8	16,7%	43,2	12,1%
Arrendamentos a Pagar (IFRS16)	87,6	6,5%	53,2	14,9%
Outros Passivos	152,0	11,3%	112,3	31,5%

Total Passivo	884,6	65,6%	357,0	100,0%

A tabela abaixo apresenta a dívida líquida consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de:	Em 31 de dezembro de:			
	2022	2021			
Endividamento de curto prazo	79,2	52,1			
Endividamento de longo prazo	805,5	96,1			
(-) Caixa e equivalentes de Caixa	780,1	202,7			
(-) Depósitos bancários vinculados	16,0	11,9			
Dívida Líquida	88,5	-66,4			

Em 31 de dezembro de 2022, a nossa dívida liquida era composta por 9,0% de dívida de curto prazo e 91,0% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 3,1 anos e custo médio de CDI+2,23%. Em 31 de dezembro de 2021, nossa dívida era composta por 35% de dívida de curto prazo e 65% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 1,5 anos e custo médio de CDI+3,3%.

A Companhia opera com margens eficientes, tendo a diversificação de suas atividades em diferentes setores econômicos, para sustentar eventuais momentos de dificuldade da economia, mantendo a Companhia sustentável para suportar períodos de incerteza.

(c) Comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia acredita que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais:

A atual estrutura de capital e o prazo de amortização da dívida são confortáveis, conforme os indicadores abaixo apresentados.

O perfil da dívida de longo prazo da Companhia segue uma política para contratações de empréstimos e financiamentos cujo objetivo é assegurar que todos os compromissos financeiros sejam honrados, se necessário, por meio da geração de caixa da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía registrados em seu balanço passivos no montante total de R\$ 2,5 milhões referente à adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) cujo prazo de parcelamento total aderido correspondeu a 180 meses. A Companhia está adimplente com o referido programa de parcelamento, tendo a última parcela vencimento em outubro de 2024.

Desta forma, os diretores da Companhia acreditam que sua geração de caixa e as atuais disponibilidades são suficientes para fazer frente a seus compromissos financeiros no médio prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes utilizadas

Os investimentos da Companhia em ativos não-circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tais como notas promissórias comerciais e debêntures. Para operações estratégicas, quando necessário, a Companhia pode recorrer ao capital dos seus acionistas ou de terceiros, mediante a emissão de ações.

Em 22 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$430 milhões, com prazo de 60 meses e amortização anualmente a partir do 36º mês contado da data de emissão (inclusive), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009,com juros correspondentes a taxa do CDI+2,05% ao ano. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão destinados ao pagamento de dívidas, investimentos, renovação de parte da frota e ao capital de giro da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

Em 18 de março de 2022 a Companhia emitiu R\$300 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, com vencimento em 18 de março de 2027. A amortização do principal será trimestral a partir do 24º mês. Foram emitidas 300 mil Debêntures, sendo 100 mil Debêntures da Primeira Série e 200 mil Debêntures da Segunda Série, sendo que: (i) as debêntures da primeira série com remuneração correspondente à Taxa DI+2,30% ao ano; e (ii) as debêntures da segunda série com remuneração correspondente à Taxa DI+2,95% ao ano. Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, investimentos e ao capital de giro da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

Em 03 de março de 2020 a Companhia emitiu R\$ 100 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com vencimento em 03 de março de 2025. O valor nominal será amortizado em quatro parcelas anuais a partir do segundo ano da sua emissão e os juros pagos trimestralmente corresponderão a CDI + 2,35%. Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão foram destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio.

Em 09 de dezembro de 2020 a Companhia emitiu R\$ 84 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com vencimento em 14 de dezembro de 2024. O valor nominal será amortizado em quatro parcelas anuais a partir do quarto mês da sua emissão e os juros pagos trimestralmente corresponderão a CDI + 4,25%. Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de liquidez da Companhia são:

- fluxo de caixa das atividades da Companhia
- financiamentos bancários e por meio de mercado de capitais; e
- aportes de capital

As principais exigências de caixa da Companhia são:

- investimentos para manutenção e aumento do estoque de equipamentos;
- exigências de capital de giro;
- investimentos nas instalações físicas que a Companhia ocupa e o parque de informática para suportar suas atividades;
- investimentos em melhoria de processos e controles;
- investimentos em treinamento e segurança;
- recompra de ações; e
- distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos.

Os diretores acreditam que as atuais disponibilidades e capacidade de geração de caixa operacional, em conjunto com sua capacidade de endividamento, com alavancagem adequada, são suficientes para financiar seus investimentos e sua necessidade de capital de giro.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta da Companhia atingiu o montante total de R\$884,6 milhões, enquanto a sua Dívida Líquida era de R\$88,5 milhões, representando um aumento de 496,7% em seu endividamento e um aumento de sua dívida líquida, em relação a 31 de dezembro de 2021.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia, divididos por indexador, com os respectivos encargos e saldos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Encargos financeiros	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021
Primeira Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações (Mills Pesados)	CDI + 5,0 até vencimento (fevereiro de 22)	-	3,9
Quarta Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	Série única, CDI +2,35%	53,4	77,1
Quinta Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	Série única, CDI +4,25%	46,5	68,9
Sexta Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	CDI + 2,3% // CDI + 2,95%	301,7	-
Sétima Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	Série única, CDI +2,05%	400,3	
Valor Total		801,9	149,9
Não considera custo emissão			

Debêntures

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, em vigor em 31 de dezembro de 2022:

Contrato referente à 1ª emissão de debêntures (controlada – Mills Pesados Equipamentos) simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no montante de R\$80 milhões, assinado em 20 de março de 2014 e vencimento 20 de março de 2019. remuneração de fator DI mais 2,4% a.a. de "spread", com pagamentos mensais de juros e amortização em 49 parcelas mensais e contínuas, sendo o primeiro vencimento em 20 de março de 2015.

Em 17 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, foi deliberado a celebração de aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Mills Pesados – Locação, Serviços e Logística S.A.", de 19 de março de 2014, conforme aditado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, a fim, principalmente, de incluir carência de 12 meses para pagamento do principal a partir de abril de 2020, com vencimento em 20 de fevereiro 2022, estabelecendo também nova sobretaxa de remuneração de 5%. Em 22 de fevereiro de 2022, foi efetuado o pagamento da última parcela, no montante de R\$1.988 mil, referente a 1ª emissão de debêntures da Companhia.

- (i) Contrato referente à 4ª emissão de debêntures no valor de R\$100 milhões, assinado em 3 de março de 2020, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com prazo de vencimento de 60 meses contados da data de sua emissão. A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,35% ao ano. Em 31 dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$52,4 milhões (líquido do custo de emissão). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta as garantias contratadas no montante de R\$138.097 mil.
- (ii) Contrato referente à 5º emissão de debêntures no valor de R\$84 milhões, assinado em 04 de dezembro de 2020, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com prazo de vencimento de 1405 dias, contados da data de sua emissão. A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+4,25% ao ano. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$45,8 milhões mil (líquido do custo de emissão). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta as garantias contratadas montante de R\$102.767 mil.
- (vi) Contrato referente à 6ª emissão de debêntures no valor de R\$300 milhões, assinado em 18 de março de 2022, debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, prazo de 60 meses e amortização trimestral de principal a partir do 24º mês (inclusive). Serão emitidas 300 mil Debêntures, sendo 100 mil da Primeira Série e 200 mil da Segunda Série, sendo que: (i) as debêntures da primeira série contarão com remuneração correspondente à Taxa DI + 2,30% ao ano; e (ii) as debêntures da segunda série contarão com remuneração correspondente à Taxa DI + 2,95% ao ano. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$298,7 milhões mil (líquido do custo de emissão). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta as garantias contratadas montante de R\$102.767 mil.

(v) Contrato referente à 7ª emissão de debêntures no valor de R\$430 milhões, assinado em 22 de dezembro de 2022, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão. A amortização do principal será realizada anualmente a partir do 36º mês contado da data de emissão (inclusive), com juros correspondentes a taxa do CDI+2,05% ao ano. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto era de R\$425,3 milhões mil (líquido do custo de emissão).

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação eram de R\$50,1 milhões no passivo circulante e de R\$781,8 milhões no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$47,5 milhões e R\$774,7 milhões.

(vi) Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro.

A Companhia não tem outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas acima. Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia.

Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado com a variação cambial, uma vez que todas as suas receitas são auferidas em Reais. Para este fim, a Companhia celebra contratos de hedge com instituições financeiras. Todos esses contratos preveem a fixação da taxa de câmbio futura de reais para dólares.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de protegê-la, em suas operações de importação de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e nacionalização, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo das contas de fornecedores estrangeiros refere-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2022, as compras a prazo somavam R\$13,1 milhões.

(vii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Até dezembro de 2020, as debêntures de emissão da Companhia são todas da espécie quirografária com garantia real.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta as garantias contratadas em aberto no montante de R\$ R\$343.631 mil, relacionadas a 4ª, 5ª e 6ª emissão de debêntures da Controladora.

Os diretores da Companhia acreditam que as cláusulas em vigor referentes à constituição de garantias não restringirão de maneira significativa a capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer suas necessidades de capital.

(viii) Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de

novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre, também, todas as demais obrigações previstas nos respectivos contratos de financiamentos, as quais se referem a determinadas restrições – alienação de ativos, alienação de controle societário – dentre outras cláusulas usuais de mercado; e, inclusive, atende aos covenants financeiros aos quais está sujeita, os quais estão apresentados abaixo:

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (i) Quarta emissão de debêntures
- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 2.
- (2) Para fins de apuração dos covenants da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16 (CPC 06).

"Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada.

"EBITDA" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atingiu todos os covenants as quais estava sujeita em relação a essa emissão de debêntures.

(ii) Quinta emissão de debêntures.

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira líquida (i) pelo EBITDA (iii) deverá ser igual ou inferior a 3x (três vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.
- (2) Para fins de apuração dos covenants da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16 (CPC 06).
- "Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em

base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada.

- "Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.
- "EBITDA" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, a Controlada atingiu todos os covenants as quais estava sujeita. Esses covenants são mensurados a cada encerramento do exercício (31 de dezembro).

(iii) Sexta emissão de debêntures

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

(1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira líquida (i) pelo EBITDA (iii) deverá ser igual ou inferior a 2,5x (2,5 vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.

Para fins desta Cláusula devem ser consideradas as seguintes definições e os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16:

- "Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou Partes Relacionadas (conforme adiante definido) e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, risco sacado e equivalentes, conforme aplicável, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
- "Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores: (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais, local e/ou internacional, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e

PÁGINA: 10 de 51

 "EBITDA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral.

(iv) Sétima emissão de debêntures

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira líquida (i) pelo EBITDA PROFORMA (iii) deverá ser igual ou inferior a 2,5x (2,5 vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA PROFORMA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.
- •"Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou Partes Relacionadas (conforme adiante definido) e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, risco sacado e equivalentes, conforme aplicável, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
- •"Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores: (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais, local e/ou internacional, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
- •"EBITDA PROFORMA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral, acrescido do EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS; e
- "EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS" significa, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes dos últimos 12 (doze) meses das sociedades adquiridas ou incorporadas pela Emissora. A Companhia está plenamente adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas às Debêntures e as alterações nos termos e condições das Debêntures, aprovadas nesta data, são no melhor interesse de Companhia.

A Companhia avalia trimestralmente as cláusulas restritivas e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, atingiu todos os *covenants* as quais estava sujeita.

A Companhia está plenamente adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas às Debêntures e as alterações nos termos e condições das Debêntures, aprovadas nesta data, são no melhor interesse de Companhia.

(g) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não dispunha de limites a utilizar em operações de financiamento já contratadas. Na mesma data, a Companhia dispunha de linhas de crédito bancário não asseguradas e não utilizadas, revisadas anualmente, de R\$300 milhões.

A Companhia mantém relacionamento com as principais instituições financeiras com atuação no Brasil e, na avaliação de sua diretoria, tem condições e classificação de risco de crédito que lhe permitem contratar novas dívidas nos montantes necessários para fazer frente às suas atuais necessidades de caixa de curto e longo prazo.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa.

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Demonstrações dos Resultados

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

(em R\$ milhões, exceto %)		Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		se vertical	Análise Horizontal	
	2022	2021	2022	2021	22 v. 21	
Receita bruta	1264,3	843,4	1	1	0,499	
Receita líquida de vendas e serviços	1092,1	738,1	1	1	0,48	
Formas e Escoramentos	150,7	95,2	0,138	0,129	0,582	
Rental	941,4	642,9	0,862	0,871	0,464	
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-397	-335,1	-0,364	-0,454	0,185	
Lucro bruto	695,1	403	0,636	0,546	0,725	
Despesas gerais e administrativas	-355,4	-246,5	-0,325	-0,334	0,442	
Outras receitas (despesas) operacionais	8,9	3	0,008	0,004	1,995	
Provisão para perdas de crédito esperadas	-26,3	-12,7	-0,024	-0,017	1,077	
Lucro antes do resultado financeiro	322,2	146,8	0,295	0,199	1,196	
Despesas financeiras	-78,4	-32,5	-0,072	0,036	1,413	
Receitas financeiras	66,5	26,9	0,061	-0,044	1,469	
Resultado financeiro	-11,9	-5,6	-0,011	-0,008	1,138	
Lucro antes dos impostos	310,3	141,2	0,284	0,191	1,198	
Imposto de renda e contribuição social	-93,9	-38,9	-0,086	-0,053	1,415	

PÁGINA: 12 de 51

I I	I	I	I			
Lucro líquido do período	216,5	102,3	0,198	0,139	1,116	

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços da Mills atingiu R\$1.092,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representa um aumento de 48,0% em relação ao valor registrado no ano anterior. A principal linha que impactou positivamente o resultado foi a receita da unidade de negócio Rental.

A receita líquida da unidade de negócio Rental aumentou em relação ao ano anterior 46,4%, ou R\$298,5 milhões sendo que a receita de locação foi responsável por 95,8% desse aumento. Os principais fatores que levaram a esse crescimento foram: i) o aumento da frota e taxa de utilização no período; ii) o aumento dos preços praticados em Pestes; iii) a entrada no segmento de Linha Amarela através da aquisição da Triengel. O aumento do volume locado é resultado do aumento da penetração em locais que a Mills já atuava e da abertura de novas filiais, refletindo a estratégia de forte crescimento e maximização da alocação de capital. O aumento dos preços praticados em PEMTs é resultado da: (i) maior demanda e (ii) estratégias aplicadas ao longo do ano referente a distribuição e adequação da frota. A receita de vendas atingiu R\$64,7 milhões em 2022, o que representa um aumento de 15,5% comparado ao ano anterior. O aumento é resultado do maior volume de vendas de equipamentos novos no período.

A receita líquida da unidade de negócio Formas e Escoramentos atingiu R\$ 150,7 milhões de receita líquida em 2022, um aumento de 58,2% em relação ao ano anterior. A receita de locação apresentou um crescimento de 72,2%, principalmente devido a maior taxa de utilização e aumento dos preços praticados, reflexo do reaquecimento dos setores de construção civil e infraestrutura.

Conforme amplamente divulgado, a Companhia limitou seus investimentos nessa unidade de negócios de acordo com a postergação da recuperação do setor de infraestrutura, da baixa taxa de utilização e da necessidade de abertura de espaço físico nas filiais. Mesmo com essa reestruturação, que resultou em uma capacidade em torno de 50 mil toneladas de equipamentos, a Companhia ainda tem condições de atender o pipeline de obras esperado para os próximos anos e segue sendo a líder no fornecimento de formas e escoramento no Brasil.

Receita líquida por tipo	2021 (A)	2022 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida Total	738,1	1.092,10	48,00%	354
Locação	652,7	996	52,60%	343,2
Vendas Novos	18,3	23,6	29,00%	5,3
Vendas Seminovos	44,8	42,5	-5,20%	-2,3
Assistência técnica	4,2	6,4	54,50%	2,3
Indenização e Recuperação de Despesas	17,4	23,2	33,20%	5,8
Venda de Sucata	0,7	0,4	-42,80%	-0,3

Receita líquida por unidade de	2021	%	2022	%
negócio	2021	/0	2022	/0

Receita líquida total	738,1	100,00%	1.092,10	100,00%
Formas e Escoramentos	95,2	12,90%	150,7	13,80%
Rental	642,9	87,10%	941,4	86,20%

A tabela abaixo mostra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados abertos e as despesas gerais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2021 (A)		2022 (B)			(B)/(A)	(B)-(A)	
Em R\$ milhões, exceto %	Custos diretos obras e locaçã o	Despesas gerais e administrativ as	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativ as	Total	Total	Total
Pessoal	-62,6	-98,3	-160,9	-79,6	-126,8	-206,4	28,3%	-45,5
Terceiros	-2,7	-43,9	-46,6	-6,7	-52,1	-58,8	26,1%	-12,2
Frete	-25,7	-2,3	-28,0	-48,5	-2,7	-51,2	82,9%	-23,2
Material construção/ manutenção e reparo	-103,3	-18,7	-121,9	-107,6	-33,6	-141,2	15,8%	-19,3
Aluguel de equipamentos e outros	-0,9	-5,2	-6,1	-4,5	-7,4	-11,9	93,5%	-5,7
Viagem	-7,4	-6,9	-14,4	-11,2	-9,7	-20,9	45,1%	-6,5
Custo das mercadorias vendidas	-14,2	-	-14,2	-14,5	0,0	-14,5	2,2%	-0,3
Depreciação/amortizaç ão	-111,1	-33,7	-144,8	-116,1	-51,5	-167,6	15,7%	-22,8
Baixa de ativos	-7,3	-	-7,3	-9,1	-	-9,1	24,7%	-1,8
Custo de venda com seminovos - outros	-0,1	-	-0,1	0,0	-	0,0	-87,1%	0,1
Plano de ações	-	-4,6	-4,6	-	-6,1	-6,1	32,9%	-1,5
Provisões	-	-0,3	-0,3	-	-1,4	-1,4	301,5%	-1,0
Participação nos resultados	-	-13,1	-13,1	-	-26,6	-26,6	103,2%	-13,5
Outros	0,3	-19,5	-19,2	0,8	-37,6	-36,8	91,7%	-17,6
Total	-335,1	-246,5	-581,7	-397,0	-355,4	-752,4	29,4%	-170,8

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados e das despesas gerais e administrativas da Companhia, sem considerar os efeitos da depreciação, passaram de R\$436,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$584,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$148,0 milhões, ou 33,9%.

Os custos consolidados da Mills, excluindo depreciação, tiveram aumento de 25,4% em relação ao ano anterior, ou R\$56,9 milhões. O aumento dos custos ocorreu principalmente em função do: i) aumento dos custos com fretes comercial e entre filiais devido a abertura de novas filiais e maior demanda por frete pelos clientes em função do novo projeto logístico que também se refletiu na receita e trouxe maior qualidade de serviço prestado; e ii) aumento do custo de pessoal como resultado do aumento de filiais e do crescimento da Companhia.

As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, totalizaram R\$303,9 milhões, representando um aumento de R\$91,1 milhões ou 42,8%, como resultado: (i) despesas com

pessoal, participação de resultados e plano de ações R\$43,4 milhões; ii) despesas com tecnologia em linha com a sua jornada digital como alavanca de geração de valor para a Companhia R\$14,7 milhões; iii) despesas diversas como: serviços gerais, ajuste de inventário e outros R\$26,4 milhões.

Em 2022, a PCE (Perda de Crédito Esperada, "PCE") acumulada somou R\$26,3 milhões, equivalente a 2,4% da receita líquida, ante R\$12,7 milhões, equivalente a 1,7% em 2021.

A depreciação dos bens utilizados na prestação dos serviços e dos bens de uso, aumentou, passando de R\$144,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$167,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Itens não recorrentes

Em 2022, registramos R\$22,6 milhões de despesas relacionados a itens não recorrentes, compostos principalmente por gastos relacionados com readequação de frota, mudanças de filiais, com o intuito de penetrar e atender melhor os mercados regionalmente, e outras despesas, como projetos de consultoria para definição de estratégia da Companhia e despesas com aquisições, como pode ser visto na tabela abaixo (itens não recorrentes não auditados pelos auditores independentes):

	2021	2022	(A) / (B)
Em R\$ milhões, exceto %	(A)	(B)	
Total itens não recorrentes	-17,1	-22,6	31,9%
Readequação da Frota	-10,5	-12,3	17,3%
Outras despesas não recorrentes	-5,6	-	-
Mudanças filiais	-1,3	-8,1	543,0%
Despesas Mills SI	0,6	0,7	17,8%

Considerando o desempenho operacional positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e a não identificação de fatores de obsolescência tecnológica de seu imobilizado, a Administração não identificou indicadores de "impairment" para as Unidades de Negócio Rental e Formas e Escoramentos (UGCs) a luz do CPC 01 (IAS 36). Por consequência, a Companhia não precisou estender suas análises internas visando avaliar a recuperação de seu imobilizado usando referencias de mercado ou modelos financeiros de valor em uso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) e no Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), considerando determinados multiplicadores usuais em avaliações.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que foi estabilizada em 30,0%. As despesas foram projetadas conforme variação do IGP-M. Também foi considerada a variação da necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados

por taxa de desconto de 17,2% a.a., inclusive na perpetuidade. A taxa foi obtida através de metodologia utilizada pelo mercado, o custo médio ponderado de capital (WACC) e foi considerado um prêmio por tamanho de 4,2% e um prêmio pelo risco específico de 2,0%. Não foi considerada taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade.

Em função desse estudo interno preparado pela Administração com base em estimativas e julgamentos, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2021 é de R\$35.528 mil.

Em 11 de março de 2022, foi celebrado contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Rohr, onde a Companhia fez a alienação da totalidade das suas 52.500.000 ações ordinárias naquela investida que representava 27,47% do total de ações existentes da Rohr. Em contrapartida à alienação, a Companhia recebeu o valor total de R\$34.013 mil (vide nota explicativa 11 das Demonstrações Financeiras 2022).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$11,9 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, contra valor negativo de R\$5,6 milhões para o mesmo período de 2021. Esse aumento de 113,8% foi proveniente, principalmente, de uma maior despesa financeira no período, reflexo do aumento da taxa de juros e novas emissões de debêntures.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social passaram de um valor negativo de R\$93,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para um valor negativo de R\$38,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tal variação se deu em função do crescimento do resultado da Companhia.

A Companhia continua seu trabalho de identificação e aproveitamento de oportunidades tributárias. O saldo de prejuízo fiscal acumulado totalizou R\$227,7 milhões em dezembro de 2022. Trimestralmente compensamos o limite de 30% do lucro antes do imposto de renda.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em 2022, a Companhia registrou lucro líquido de R\$216,5 milhões, frente a um lucro líquido de R\$102,3 milhões em 2021, como reflexo do forte crescimento da Companhia e seu comprometimento com a alocação de capital de forma eficiente, gerando e distribuindo valor. Uma Mills que cresce: em ritmo acelerado, de forma rentável e com mais diversificação.

Balanço Patrimonial

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Fm D¢ milhãos overte 0/	Em 31 de deze	Em 31 de dezembro de		Análise vertical	
Em R\$ milhões, exceto %	2022	2021	2022	2021	22 v. 21
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	780,1	202,7	30,1%	14,0%	16,1%
Depósitos bancários vinculados	16,0	11,9	0,6%	0,8%	-0,2%
Contas a receber de terceiros	247,1	155,2	9,5%	10,7%	-1,2%
Estoques	75,2	74,1	2,9%	5,1%	-2,2%
IRPJ e CSLL a recuperar	16,2	8,5	0,6%	0,6%	0,0%
Tributos a recuperar	14,0	6,3	0,5%	0,4%	0,1%
Adiantamento a fornecedores	5,9	6,0	0,2%	0,4%	-0,2%

PÁGINA: 16 de 51

Outros etimos einententes	0.4	7.2	0.20/	0.50/	0.20/
Outros ativos circulantes	8,4	7,3	0,3%	0,5%	-0,2%
Ativos mantidos para venda	19,1	6,2	0,7%	0,4%	0,3%
Total do Ativo Circulante	1.182,0	478,3	45,7%	32,6%	13,1%
Ativo Não Circulante					
IRPJ e CSLL	268,3	310,9	10,4%	21,4%	-11,0%
diferidos	200,3	310,3	10,470	21,470	-11,070
Tributos a recuperar	28,6	0,1	1,1%	0,0%	1,1%
Depósitos judiciais	12,2	9,9	0,5%	0,7%	-0,2%
Instrumentos financeiros	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0.0%
derivativos	0,0	0,0	0,070	0,070	0,070
Outros ativos não circulantes	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Ativo financeiro pelo valor justo					
por meio de outros resultados	0,0	34,0	0,0%	2,3%	-2,3%
abrangentes					
Investimentos	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Imobilizado	912,6	442,4	35,3%	30,5%	4,8%
Intangível	184,6	174,3	7,1%	12,0%	-4,9
Total do Ativo Não Circulante	1.406,4	971,7	54,3%	67,0%	-12,7%
Total do Ativo	2.588.4	1.450,0	100,0%	100,0%	0,00%

	Em 31 de d	ezembro de	Análise Ver	tical	Análise Horizontal
(em R\$ milhões, exceto %)	2022	2021	2022	2021	22 v. 21
Passivo Circulante					
Contas a pagar a terceiros	225,2	43,2	8,7%	3,0%	5,7%
Contas a pagar a partes relacionadas	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	31,7	0,8	1,2%	0,1%	1,1%
Debêntures	47,5	51,4	1,8%	3,5%	-1,7%
Arrendamentos a pagar	28,3	15,9	1,1	1,1%	0,0%
Salários e encargos sociais	37,3	25,6	1,4%	1,8%	-0,4%
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	1,6	1,5	0,1%	0,1%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	6,5	9,0	0,3%	0,6%	-0,3%
Tributos a pagar	9,6	7,8	0,4%	0,5%	-0,1%
Provisão para participação nos resultados	27,2	14,1	1,1%	1,0%	0,1%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1,2	12,8	0,0%	0,9%	-0,9%
Outros passivos	0,8	1,3	0,0%	0,1%	-0,1%
Total do Passivo Circulante	416,9	183,3	16,1%	12,6%	3,5%
Passivo Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	30,8	0,2	1,2%	0,0%	1,2%
Debêntures	774,7	95,9	29,9%	0,0%	29,9%
Arrendamentos	59,3	37,3	2,3%	-9,6%	11,9%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16,1	17,6	0,6%	-13,7%	14,3%
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	0,8	2,3	0,0%	-37,8%	37,8%
Tributos a pagar	11,5	10,7	0,4%	3,1%	-2,7%
Provisão para benefícios pós- emprego	11,2	8,9	0,4%	-24,8%	25,2%
Outros passivos	1,4	0,8	0,1%	-17,5%	17,6%
Total do Não Circulante	932,1	173,7	36,0%	12,0%	24,0%

Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.091,6	1.090,3	42,2%	75,2%	-33,0%
Reservas de capital	1,5	43,2	0,1%	3,0%	-2,9%
Reservas de lucros	203,6	44,4	7,9%	3,1%	4,8%
Ações em tesouraria	-41,5	-70,2	-1,6%	-4,8%	3,2%
Ajuste de avaliação patrimonial	-18,0	-17,1	-0,7%	-1,2%	0,5%
Lucros acumulados	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Participações de acionistas não controladores	2,2	2,2	0,1%	0,2%	-0,1%
Total do Patrimônio Líquido	1.239,4	1.093,0	47,9%	75,4%	-27,5%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.588,4	1.450,0	100,00%	100,00%	0,0%

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$472,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.162,9 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$690,9 milhões, ou 146,4%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento no caixa e equivalentes de caixa em R\$577,4 milhões devido principalmente a captação de debêntures em dezembro de 2022;
- Aumento no contas a receber de terceiros em R\$91,9 milhões, ou 59,2%, atrelados ao aumento do faturamento da Companhia;
- Aumento de tributos a recuperar em R\$ 7,7 devido aos créditos de PIS e COFINS nas aquisições de imobilizados.

Ativos mantidos para venda

A conta de ativos mantidos para a venda passou de R\$6,2 milhões em 2021 para R\$19,1 milhões em 2022. O aumento de R\$12,9 milhões foi em função, em sua maior parte, dos imóveis adquiridos em função do desinvestimento da Rohr em 2022.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$321,0 milhões em 31 de dezembro 2021 para R\$309,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, uma redução de R\$11,7 milhões ou 3,7%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução de R\$42,6 milhões em IRPJ e CSLL diferidos em função da compensação de prejuízos fiscais em função do lucro tributável gerado em 2022;
- Aumento de R\$28,5 milhões em tributos a recuperar em função do maior investimento na aquisição de imobilizado que gerou crédito de PIS/COFINS;

Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Passou de R\$34,0 milhões em 31 de dezembro 2021 para zero em 31 de dezembro de 2022, como resultado do desinvestimento na Rohr.

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$442,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$912,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, um crescimento de R\$470,2 milhões, ou 106,3%. Este aumento explica-se, principalmente, pela estratégia de crescimento da Companhia, através de aquisição de novos equipamentos e de empresas (M&As).

Intangível

O ativo intangível passou de R\$174,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$184,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, um crescimento de R\$10,3 milhões, ou 5,9%, principalmente devido a investimentos em tecnologia em linha com a sua jornada digital como alavanca de geração de valor para a Companhia.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$183,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$416,9 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$233,6 milhões ou 127,5%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento de R\$181,6 milhões na conta de Fornecedores como resultado na maior atividade da Companhia e da aquisição de novos equipamentos;
- Aumento de R\$30,9 na conta de Empréstimos e Financiamentos em função de aquisição de controlada que possuía empréstimos para financiar aquisição de imobilizado;
- Aumento de R\$13,0 milhões no saldo de Provisão para participação nos resultados;
- Aumento de R\$12,4 milhões na conta de Arrendamentos a pagar como resultado da abertura de novas filiais e reajuste de contratos.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$173,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$932,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, um crescimento de R\$758,4 milhões, ou 436,6%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento do saldo de debêntures em R\$678,8 milhões como resultado da 6ª e 7ª emissão de debêntures realizadas em 2022;
- Aumento de R\$30,6 milhões no saldo de Empréstimos e financiamentos;
- Aumento de R\$22,5 milhões na conta de Contas a pagar aquisições de controladas em função do valor retido para futuro pagamento aos sócios das aquisições de M&A.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$1.093,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.239,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$146,4 milhões, ou 13,4%. A variação se deu em decorrência de:

- Aumento do saldo de Reservas de lucros em R\$159,2 milhões como resultado para destinação do lucro do exercício;
- Aumento de R\$28,7 milhões no saldo de Ações em tesouraria como reflexo da aquisição de 5 milhões de ações para o terceiro programa de recompra de ações, aprovado em março de 2022;

PÁGINA: 19 de 51

 Queda de R\$41,7 milhões na conta de Reservas de capital como resultado do cancelamento de 6 milhões de ações mantidas em tesouraria com lastro em reserva de capital, no montante de R\$48,9 milhões em março de 2022.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021
Caixa gerado pelas atividades operacionais	144,8	134,7
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento	-160,1	-116,1
Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades de financiamento	592,6	-194,7
Aumento (diminuição) das disponibilidades	577,4	-176,2

Análise das principais variações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$134,7 milhões, apresentando um aumento no valor de R\$10,1 milhões, ou 7,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, refletindo o crescimento de receita e aumento da margem observada na comparação com o 2021. O forte crescimento foi resultado do aumento dos investimentos em aquisições de bens do ativo imobilizado de locação, relacionado aos novos equipamentos de plataforma e linha amarela, sendo impactado principalmente pelo desembolso referente ao pagamento da aquisição da Triengel e aquisição de novas máquinas e equipamentos.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$160,1 milhões, apresentando um aumento no valor de R\$44,0 milhões, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, devido principalmente a aporte de capital em Controlada e aquisições de bens do ativo imobilizado, bens de uso próprio e intangível.

Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$592,7 milhões, quando comparado ao caixa líquido consumido de R\$194,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação é principalmente em decorrência da captação de empréstimos e debêntures em 2022.

Aumento (diminuição) das disponibilidades

A Mills encerrou o ano de 2022 com disponibilidade de R\$780,1 milhões, representando um aumento de R\$577,4 milhões de disponibilidades no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultados operacional e financeiro

- (a) resultados das operações da Companhia
- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços e são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado: unidade de negócio Rental Combinada (Leves + Pesados) e unidade de negócio Formas e Escoramentos. A receita da Companhia é preponderantemente decorrente de locação de equipamentos e vendas de equipamentos usados e novos.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes.

A receita de locação é reconhecida pro rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia quando aplicável, separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu valor justo. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminovos e recuperações de despesas.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia foram impactados especialmente pelo seu crescimento. Neste sentido, os principais fatores que influenciaram este crescimento são: (i) um aumento do número de equipamentos que a Companhia foi capaz de adquirir e disponibilizar para seus clientes na unidade de negócio Rental Combinada. Período no qual a frota para locação atingiu 10.465 unidades em 31 de dezembro de 2022 ante 8.925 unidades em dezembro de 2021; (ii) a capacidade comercial da Companhia em locar esses equipamentos; e (iii) um aumento do preço praticado em ambas as unidades de negócios.

Nossa estratégia de crescimento combinado da unidade Rental leves e pesados engloba aquisições de empresas reconhecidas no mercado, potencializado por investimento orgânico em equipamentos e abertura de filiais. Os movimentos de M&A trazem know how de cada subsetor de linha amarela e aceleram a curva de aprendizado e o ramp up de resultados.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Receita líquida por tipo	FY2022	AV	FY2021	AV	AH
Receita fiquida por tipo	F12022	%	F12021	%	%
Receita Líquida Total	1.092,1	100,0%	738,1	100,0%	48,0%
Locação	996,0	91,2%	652,7	87,4%	52,6%
Vendas	66,1	6,1%	63,1	9,2%	4,7%
Sucata	0,4	0,0%	0,7	0,1%	-46,9%
Outros	29,7	2,7%	21,6	3,2%	37,4%

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações de preço e volumes dos equipamentos locados aos seus clientes. A introdução de novos produtos e serviços também impacta diretamente a receita. A Companhia tem sido, historicamente, capaz de repassar para seus clientes variações positivas e negativas nos custos de seus produtos. Tais variações podem ser causadas pela taxa de inflação, taxa de juros, taxa de câmbio e outros elementos que impactam os custos de produção por parte de seus fornecedores. Além disso, os preços dos equipamentos comprados para locação afetam diretamente o preço de locação praticado pela Companhia.

Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes só ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos. ressalvado que as plataformas elevatórias da unidade de negócio Rental Leves são importadas e, consequentemente, têm seu custo de aquisição em moeda estrangeira. Sendo assim, no futuro, a receita de locação desta unidade de negócio poderá ser influenciada por eventual variação de taxas de câmbio.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

As operações e resultados da Companhia são diretamente impactados por variações de (i) taxas de inflação, cujos índices são utilizados para reajuste dos contratos de longo prazo da Companhia; (ii) taxas de juros, que afetam o endividamento sujeito a juros flutuantes da Companhia; e (iii) preços de materiais consumidos nas obras ou na manutenção dos equipamentos da Companhia.

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, do aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes e dos insumos que utiliza na prestação dos serviços. Além disso, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços, também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das commodities, principalmente aço e alumínio. No caso da unidade de negócio Rental Leves, os equipamentos utilizados aumentam de preço em função da oscilação do câmbio, pois são importados.

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas

2.2 Resultados operacional e financeiro

de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

No último exercício social não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da variação de preços dos insumos e do câmbio.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Normas vigentes em 2022

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às International Financial Reporting Standards ("IFRS") e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1° de janeiro de 2022. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 3/CPC 15 (R1) – Referências à Estrutura Conceitual

A Companhia adotou as alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)), Combinação de Negócios. As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem a IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) par determinar se já obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados.

Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (CPC 21) Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

Alterações à IAS 16/CPC 27 – Imobilizado Recursos Antes do Uso Pretendido

A Companhia adotou as alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado. As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar de maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 Estoques (CPC 16).

As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.

Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A Companhia adotou as alterações à IAS 37/CPC 25 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020

A Companhia adotou pela primeira vez no exercício corrente as alterações incluídas nas Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020. As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, em nome da outra parte.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Embora as International Financial Reporting Standards (IFRS) permitam a adoção antecipada de certas normas contábeis, no Brasil, a adoção antecipada dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC, anteriormente às respectivas datas de vigência mandatórias das IFRS, usualmente, não são aprovadas pelos reguladores que aprovam a adoção dos pronunciamentos contábeis do CPC.

Não identificamos impactos na Companhia em função das normas vigentes em 2022.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não tem histórico de ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

A companhia não realizou nenhuma introdução ou qualquer outra alienação de segmento operacional no último exercício social.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Estão elencadas a seguir, em ordem cronológica, as principais operações de fusões, aquisições e alienações da Companhia ocorridas no último exercício social:

Aquisição da Tecpar

Em 18 de abril de 2022, a Mills celebrou um acordo de compra e venda para adquirir a integralidade das quotas representativas do capital social da Tecpar Comercio e Locação de Equipamentos LTDA ("**Tecpar Equipamentos**").

A conclusão da aquisição pela Companhia de 100% Tecpar ocorreu em 16 de maio de 2022.

Fundada em 2007, a Tecpar Equipamentos é especializada em locação e vendas de plataformas elevatórias, além de oferecer assistência técnica com o suporte de profissionais qualificados. Com uma frota de idade média de 6 anos, composta por 298 máquinas, além de 53 máquinas em leasing operacional, a Tecpar Equipamentos é uma empresa com forte atuação no Estado de São Paulo e operando também em Minas Gerais, possui uma base de clientes diversificada e equilibrada entre diversas regiões e contratos de longo prazo.

A Transação está alinhada aos objetivos estratégicos da Mills relacionados a: Penetração de mercado, ganho de escala, sinergia e renovação da frota.

Aquisição da Triengel

Em 20 de julho de 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de um acordo de compra e venda, através de sua subsidiária integral, Solaris, , para adquirir a integralidade das quotas representativas do capital social da Triengel Locações e Serviços Ltda. ("Triengel"), sociedade limitada, com sede em Assis, SP ("Transação").

Fundada em 2020, por meio da união da Triex Locação de Serviços Portuários LTDA. ("**Triex**") e da Hengel Locações e Serviços LTDA. ("**Hengel**"), duas empresas experientes e consolidadas no setor de Linha Amarela ("**LA**"), a Triengel é especializada em locação de equipamentos de Linha Amarela, além de oferecer assistência técnica com o suporte de profissionais altamente qualificados. Com uma frota composta por 245 máquinas de marcas premium com idade média de 2 anos, a Triengel é uma empresa com forte atuação no agronegócio e serviços portuários, com grandes clientes em sua carteira e contratos de longo prazo.

A Triengel é uma das empresas mais reconhecidas do mercado, tanto pelos clientes quanto pelos melhores fabricantes do seu segmento. Conta com um modelo de negócios baseado na qualidade do serviço prestado e na proximidade com os clientes. É referência no mercado por sua estrutura de trabalho organizado, com manutenção eficiente e elevado valor dos ativos no momento da revenda.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

A Triengel agrega uma enorme expertise para a Mills, uma vez que foram mantidos os principais executivos que possuem mais de 20 anos de experiência no setor. Adicionalmente, a empresa possui sistemas de manutenção customizados para essa linha de produto, o que permitirá escalar rapidamente o negócio.

A Transação está alinhada à estratégia de crescimento e diversificação da Companhia através da alocação eficiente de capital e consolidando o seu posicionamento no mercado de locação de máquinas e equipamentos com seus diferenciais competitivos.

Esse movimento acelera a entrada da Mills no mercado de equipamentos de LA, como um player médio neste setor e abrindo caminho para crescer com relevância de forma orgânica e inorgânica, além do know-how diferenciado nos setores que atua.

A conclusão da operação de aquisição da Triengel ocorreu em 13 de setembro de 2022.

Com a entrada da Mills no segmento de Linha Amarela, foi criado nova unidade de negócio: Rental Pesados.

(c) eventos ou operações não usuais

Desinvestimento na Rohr S/A Estrutura Tubulares (Rohr)

A Mills celebrou em 11 de março de 2022, após aprovação do seu Conselho de Administração, um acordo vinculante com os atuais acionistas controladores da Rohr para troca de ativos, através do qual alienará a sua participação societária de 27,47% (excluindo as ações em tesouraria) na Rohr e, em contrapartida, receberá outros ativos da Rohr ("Transação"), os quais serão direcionados para o crescimento da Companhia.

Desde 2011, a Mills possui a referida participação na Rohr, empresa especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, e não tem qualquer influência em sua gestão, sendo o investimento classificado como ativo financeiro pelo seu valor justo, o qual totaliza R\$ 34,0 milhões desde 31 de dezembro de 2021 e é sujeito a testes de impairment anualmente.

Em decorrência da Transação, a Mills recebeu a frota total de 146 plataformas elevatórias da Rohr e seus respectivos estoques de peças, que correspondem ao valor total de R\$ 13,0 milhões e se somaram ao principal negócio da Companhia. Adicionalmente, a Mills recebeu contratos ativos e base de clientes avaliados em R\$ 1,9 milhão, outros R\$ 4,9 milhões em moeda corrente nacional, além de imóveis totalizando R\$ 14,2 milhões, os quais foram prontamente colocados à venda para que os recursos também sejam aplicados no crescimento da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA, e EBITDA Ajustado

O EBITDA ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization") ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil utilizada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156 e consiste no lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de bens de uso e equipamentos de locação e da amortização do intangível.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil utilizada pela Companhia e corresponde ao EBITDA, ajustado por despesas não recorrentes, que são detalhadas no documento abaixo.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado: (i) não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e/ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro — *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB); (ii) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou tampouco como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Resolução CVM nº 156, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I. A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão.

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	
EBITDA	489,8	291,6	
EBITDA Ajustado	512,5	308,7	

Dívida Líquida e Dívida líquida/EBITDA Ajustado

A Dívida Bruta consiste no somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde à Dívida Bruta deduzida dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa.

A Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM corresponde à divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado LTM (últimos doze meses) da Companhia nas mesmas datas. A Companhia utiliza o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM como indicador de alavancagem financeira, para acompanhamento de covenants em debêntures e outros instrumentos de dívida.

A Dívida Líquida e o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Líquida e,

consequentemente, o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2021	
Dívida Líquida	88,5	66,4	
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM	0,2	(0,2)	

Fluxo de Caixa Operacional Ajustado

A Companhia também acompanha o fluxo de caixa operacional ajustado pelas variações monetárias ativas e passivas líquidas, investimentos em bens de locação e juros pagos.

O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos

O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pela IFRS, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o Fluxo de Caixa Operacional e o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em R\$ milhões	2022	2021
Fluxo de caixa operacional ajustado	487,5	187,0

Retorno Sobre o Capital Investido - ROIC

O retorno sobre o capital investido, ou *Return On Invested Capital* ("**ROIC**"), é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e é calculado a partir do EBITDA LTM deduzido da depreciação e amortização e do imposto de renda corrente (NOPAT – *Net Operating Profit after taxes*), dividido pelo capital investido (mensal) do período. O capital investido (mensal) do período é composto pela soma (i) do capital de giro e (ii) do ativo imobilizado bruto.

O ROIC não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o ROIC de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
ROIC	23,4%	15,1%

Retorno sobre o Patrimônio Líquido, ou Return On Equity ("ROE")

O Retorno Sobre o Patrimônio Líquido, ou *Return On Equity* ("**ROE**"), é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e é calculado pelo Lucro Líquido LTM dividido pelo patrimônio líquido médio do período.

O ROE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o ROE de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
ROE	12,6%	9,3%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado com o Lucro Líquido:

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro (Prejuízo)Líquido	216,5	102,3
Imposto de renda e contribuição social	-93,9	-38,9
Resultado Financeiro	-11,9	-5,6
Lucro antes do Resultado Financeiro	322,2	146,8
Depreciação	-167,6	-144,8
EBITDA CVM	489,8	291,6
Não recorrentes	-22,6	-17,1
EBITDA Ajustado	512,5	308,7

Não recorrentes

em R\$ milhões	Exercício social ence	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021		
Total itens não recorrentes	-22,6	-17,1		
Readequação da Frota	-12,3	-10,5		
Outras despesas não recorrentes	-	-6,0		
Mudanças filiais	-8,1	-1,3		
Projetos M&A	-2,9	-		
Despesas Mills SI	0,7	0,6		

Reconciliação da Dívida Líquida e da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM com o Endividamento de curto e longo prazos:

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
Em minoes de Reais	2022	2021
Endividamento de curto e longo prazos	-884,6	-148,3
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários	796,2	214,6
Caixa Dívida Líquida	-88,5	66,4
Receita financeira	66,5	26,9
Despesa financeira	-78,4	-32,5
Resultado Financeiro	-11,9	-5,6

Reconciliação do Fluxo de Caixa Operacional Ajustado com o Fluxo de Caixa Operacional:

Em R\$ milhões	2022	2021
Fluxo de caixa operacional	144,8	134,7
Juros Pagos	53,7	11,9
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	368,2	77,5
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa)	-50,3	-15,1
Juros sobre arrendamento	-28,9	- 22,1
Fluxo de caixa operacional ajustado	487,5	186,9

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
EBIT (LTM)	315,6	142,4
IR/CS (LTM)	-107,3	-48,4
NOPAT (LTM)	208,3	94,0
Capital Investido Médio	890,5	621,9
Capital de Giro (Média LTM)	183,5	137,7
Ativo Imobilizado (Média LTM)	706,9	484,2
ROIC	23,4%	15,1%

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro Líquido (LTM)	216,5	102,3
Patrimônio líquido médio	1.712,0	1.098,8
ROE	12,6%	9,3%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Motivos para a utilização do EBITDA e do EBITDA Ajustado

O EBITDA e o EBITDA Ajustado são utilizados como medidas de desempenho pela Administração da Companhia, motivo pelo qual a Companhia acredita ser importante sua inclusão neste Formulário de Referência. A Companhia acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas práticas para aferir seu desempenho operacional, pois constitui um indicador que sofre menos impacto da flutuação da taxa de juros, alterações nas alíquotas e hipóteses de incidência do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e níveis de depreciação.

Motivos para a utilização da Dívida Líquida e Dívida líquida/EBITDA Ajustado

O índice Dívida líquida sobre EBITDA Ajustado LTM é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e utilizado pela Administração como medida de endividamento da Companhia e existem cláusulas contidas nos contratos de crédito bancários e outros instrumentos de dívida da Companhia que impõem a observância deste indicador financeiro, entre outros. A Administração da Companhia acredita que o índice Dívida líquida sobre EBITDA Ajustado LTM consiste em um indicador prático do nível de endividamento. O índice não deve ser considerado isoladamente ou como substituto da razão passivo total sobre patrimônio líquido como índice de endividamento da Companhia.

Motivos para a utilização do Fluxo de Caixa Operacional Ajustado

A Companhia entende que para o EBITDA ser uma boa Proxy do fluxo de caixa operacional da Companhia, é necessário excluir algumas provisões e a baixa de ativos, que são valores relevantes.

Motivos para a utilização do ROIC

O ROIC é uma métrica utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, a rentabilidade gerada pelas operações da Companhia.

Motivos para a utilização do ROE

O ROE reflete em percentuais o retorno sobre o capital próprio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor à ela mesma utilizando os seus próprios recursos.

PÁGINA: 32 de 51

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não há eventos subsequentes nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2022.

PÁGINA: 33 de 51

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros	Além das demais hipóteses previstas em lei, conforme disposição introduzida em 8 de fevereiro de 2010, o Estatuto Social da Companhia prevê que até 75% do lucro líquido ajustado do exercício poderão ser destinados à reserva de expansão, desde que o montante contabilizado em tal reserva não ultrapasse 80% do seu capital social
b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos da Companhia segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição de lucro líquido uma vez ao ano. Entretanto, nos termos do Estatuto Social, a Assembleia Geral poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares ou, ainda, juros sobre o capital próprio, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não existe, atualmente, nenhuma restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamento especial aplicável à Companhia.
e. política de destinação de resultados	Companhia possui uma política de destinação de resultados aprovada pelo Conselho de Administração e disponível em seu site.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- (a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)
- (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

PÁGINA: 35 de 51

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

PÁGINA: 36 de 51

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia baliza sua política de investimentos de acordo com as perspectivas de demanda nos seus mercados de atuação, sua geração de caixa e a disponibilidade de crédito no mercado. Como forma de garantir os recursos necessários para a implementação do seu plano de investimentos, a Companhia instituiu uma reserva estatutária de expansão, para a qual os acionistas poderão destinar até 75% do lucro líquido ajustado, desde que a referida reserva não ultrapasse o limite de 80% do capital social subscrito da Companhia.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos totalizaram R\$600,2 milhões, dos quais R\$ 210,1 milhões foram referentes a crescimento inorgânico e R\$ 390,1 milhões a crescimento orgânico. O valor investido em 2022 considera a aquisição da Triengel no valor de R\$133,7 milhões, além da aquisição de equipamentos para locação, investimentos em tecnologia, bens de uso e adequações de filiais.

A aquisição de 100% do capital social da Triengel foi concluída em 13 de setembro de 2022 e marca a entrada da Mills no segmento de Rental Pesados. A entrada da Mills nesse mercado apresenta diversas vantagens importantes, tais como: (i) mercado endereçável muito relevante, pulverizado e em processo de consolidação; (ii) diversificação de portfólio; e (iii) previsibilidade de fluxo de caixa. No exercício social, o resultado inclui apenas 4 meses de operação Rental Pesados.

Em linha com a estratégia de atender a demanda crescente, ampliar a cobertura geográfica, melhorar o atendimento aos clientes e adequar a sua frota de Rental Leves e Pesados, o investimento previsto para 2023 é de até R\$780 milhões, que inclui: i) o montante aprovado e não investido em 2022 e; ii) montante aprovado para 2023.

Os montantes aprovados são função dos estudos da Mills em relação ao mercado de locação e os desembolsos podem sofrer alterações de acordo com a demanda efetiva.

A seguir apresentamos quadro comparativo dos investimentos realizados em 31 de dezembro de 2022 e em 2021:

Em R\$ milhões, exceto %	31/12/22 (A)	31/12/21 (B)	(B) / (A)	(B) – (A)
Investmentos	600,2	246,2	143,8%	354,1
M&A	210,1	132,2	58,9%	77,9
Ativos para locação	328,5	77,5	324,1%	251,1
Corporativo e bens de uso	61,6	36,5	68,9%	25,1

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

2.10 Planos de negócios

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de empréstimos e financiamento (conforme detalhado no item 2.1(f) deste Formulário de Referência).

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Atualmente, a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em curso e/ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia realizou diversas aquisições ao longo de 2021 e 2022, todas detalhadas no item 2.3 do Formulário de Referência.

As aquisições fazem parte da estratégia de crescimento e diversificação da Companhia. A Companhia vai explorar novas vias de crescimento através da oferta ampliada de produtos, posicionando-se como uma empresa *One-Stop Shop*. Dentre as aquisições recentes, destaca-se a aquisição mais recente, da Triengel, que marca a entrada da Companhia no mercado de equipamentos de linha amarela, com maior previsibilidade de fluxo de caixa e diversificação do seu portfólio com produtos que tenham sinergias comerciais e/ou operacionais, além de exposição a outros setores. O crescimento será de forma inorgânica e orgânica, com aquisição de equipamentos e expansão geográfica.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não desenvolve novos produtos e serviços, portanto, não incorre em gastos referentes à área de pesquisa e desenvolvimento. Grande parte da tecnologia e inovação presente nos equipamentos e oferecida aos clientes da Companhia provêm de seus fornecedores.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Durante o ano de 2022, demos passos significativos em relação às práticas ASG. Publicamos o nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade, em acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI), o qual referia-se ao ano de 2021. Nele foi apresentado o desempenho socioambiental e econômico da Mills, contando com todo o processo da construção da materialidade, bem como compromissos e metas para alcançar até 2025. Além disso, aprovamos

2.10 Planos de negócios

no Conselho de Administração a desagregação das metas para desafios intermediários, definindo para onde queremos chegar em 2022, 2023 e 2024.

Ao longo de 2022, contribuímos para 54 instituições e projetos sociais escolhidos pelos nossos colaboradores. Essas doações totalizaram mais de R\$1 milhão, destinados a alimentos, kits de higiene, roupas, brinquedos, materiais escolares e produtos hospitalares que beneficiaram milhares de pessoas assistidas por essas entidades.

No 3º ciclo do Programa Transformar, iniciativa que oferece bolsas de estudo para cursos técnicos destinados a jovens em situação de vulnerabilidade social, foram abertas mais de 250 vagas em dezenove cidades nos cursos de eletrotécnica, eletromecânica e mecânica. O programa visa fomentar o desenvolvimento econômico e a inclusão social, reduzindo a lacuna no acesso à educação profissional no Brasil. Através dessa iniciativa buscamos formar mais profissionais para atuarem na manutenção de máquinas e equipamentos, fortalecendo nossa capacidade de atrair profissionais qualificados.

No que diz respeito às nossas práticas ambientais, começamos a receber as primeiras plataformas elevatórias híbridas em nossa frota. Esses equipamentos ajudam na redução de emissões de escopo 3 e exercem grande influência em nosso mais recente Inventário de Gases do Efeito Estufa, que é inovador no setor. Esse estudo contribui para a transparência da empresa quanto à sua responsabilidade climática e para o processo de adoção de medidas de redução de emissões. Para os nossos clientes, disponibilizamos uma Calculadora de Emissão de CO2, que auxilia na medição das emissões causadas pelo aluguel de equipamentos para seus projetos e oferece orientações para a redução da pegada de carbono.

Diante dos compromissos que assumimos, consideramos primordial o foco na evolução contínua da nossa força cultural, ampliando cada vez mais a conscientização do público interno sobre a sustentabilidade como visão que deve permear todas as práticas diárias que envolvem nosso negócio. Com essa determinação, seguimos na direção de superar obstáculos e na construção de um futuro ainda mais seguro e próspero. Nossos stakeholders podem esperar mais um ano da busca diligente por crescimento responsável e fomento da segurança e eficiência em todos os nossos campos de atuação.

PÁGINA: 39 de 51

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional no último exercício social e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Por ser uma empresa de serviços com público-alvo principal bastante segmentado, os investimentos em publicidade concentram-se em ações direcionadas, sejam elas marketing direto, e-mail marketing, ações de relacionamento ou publicidade online. Ademais, como os serviços prestados pela Companhia consistem, na sua grande maioria, em atividades ligadas à indústria, manutenções e revitalização de

espaços em geral, a Companhia prioriza o patrocínio de projetos focados na reconstrução e na valorização do espaço urbano ou que utilizem os equipamentos da Companhia.

PÁGINA: 40 de 51

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Em reunião realizada em 30 de abril de 2020 os membros do Conselho de Administração da Companhia, aprovaram a Política de Gestão de Riscos que estabelece, entre outras, responsabilidades sobre o processo de mapeamento, classificação e monitoramento dos riscos, e de seus controles de mitigação. A área de Auditoria, Riscos e *Compliance*, estruturada em 2020, reporta diretamente ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos e realiza reporte operacional para o CEO, preservando a independência de atividades e respeitando as melhores práticas de mercado. Em 2022, houve a atualização do mapa de riscos com a revisão dos riscos, fatores de riscos e métricas de impacto e probabilidade. Também foi estruturada a atividade de controles internos, responsável pela realização contínua dos testes de efetividade dos principais controles capazes de mitigar os riscos.

Adicionalmente, a Companhia é apoiada pelos processos de gestão financeira e pelo Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, criado em novembro de 2016.

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos financeiros, aprovada pela Diretoria, em conformidade com as boas práticas e coerente com os padrões definidos por órgãos reguladores do Brasil e exterior. Esta política descreve a filosofia de proteção de riscos financeiros da Companhia e estabelece suas diretrizes.

Ao implantar e praticar esta política, a Companhia visa assegurar:

- i) Gestão proativa e contínua dos riscos, por meio de antecipação e, quando necessária, pela proteção de cenários desfavoráveis, de forma a proteger os resultados e o patrimônio da Mills:
- ii) Consideração do retorno das aplicações financeiras ponderado pelo risco associado nas análises das estratégias da Mills;
- iii) Preservação permanente da saúde financeira da Mills;
- iv) Proteção dos resultados e do patrimônio da Mills contra o não cumprimento de obrigações contratadas com contrapartes;
- v) Melhoria contínua das avaliações da Mills por parte de investidores, credores, e agências de rating, devido às nossas práticas financeiras conservadoras e gestão de risco;
- vi) Eficiência e eficácia na proteção de exposição ao risco, através de contratação de instrumentos financeiros ou da observação da existência de proteções ("**hedges**") naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados; e
- vii) Avaliação da efetividade e apresentação ao Conselho de Administração anualmente.

A Companhia tem como prática monitorar constantemente as mudanças de cenário macroeconômico e setorial, que possam influenciar suas atividades, por meio de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho e sua matriz de risco. A Companhia analisa os riscos aos quais está exposta e que podem afetar seus negócios, situação financeira e os resultados de suas operações.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gestão de Riscos tem o objetivo de estabelecer diretrizes e responsabilidades relacionadas ao processo de gestão de riscos, através da identificação, análise, priorização, tratamento e monitoramento dos riscos empresariais que possam vir a afetar os negócios da Companhia. Adicionalmente, a referida política visa fornecer informações para apoiar o processo decisório dos negócios, baseado nos riscos empresariais, com o objetivo apoiar o plano estratégico na geração de valor e no crescimento sustentável da Companhia.

As práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia buscam proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela alta administração, a reputação da Companhia, bem como os resultados financeiros e operacionais. Estes riscos encontram-se descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

O gerenciamento dos riscos busca garantir que a Companhia possua estruturas, processos, mecanismos e controles internos capazes de conhecê-los, avaliá-los e controlá-los, de forma a mantê-los dentro de níveis compatíveis com os limites fixados pela administração — Apetite a Riscos. Além disso, o gerenciamento de riscos auxilia a tomada de decisão pelos administradores.

Segue abaixo o ciclo de avaliação dos riscos:



(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma área de gerenciamento de riscos que inclui as atividades de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*, com reporte direto ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos. Esta área conta com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

(a) Conselho de Administração

De acordo com a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2020, o Conselho de Administração deve monitorar periodicamente (ao menos duas vezes ao ano), e com apoio do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos e do Head de Auditoria, Riscos e *Compliance*, os riscos prioritários aos quais Companhia está exposta,

acompanhando a evolução dos riscos de maior probabilidade e impacto e seus respectivos planos de ação.

Adicionalmente, o Conselho de Administração deve estabelecer parâmetros de apetite aos riscos, definindo quais os riscos que a Companhia entende como aceitável e considerando os níveis máximos de exposição.

(b) Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos

O Conselho de Administração designou ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos a função de monitorar a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e o cumprimento da Política de Gestão de Riscos. Atualmente, o Comitê é composto por seis membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um independente.

Todos os membros do Comitê são conselheiros, sendo um independente e com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

No âmbito da avaliação de Riscos, as principais atribuições do Comitê, nos termos do seu Regimento Interno, são:

- (i) gerenciar e acompanhar os trabalhos da área de auditoria interna, gestão de riscos e compliance;
- (ii) acompanhar as atividades do Comitê de Ética, quanto ao tratamento dado às denúncias de fraudes e/ou irregularidades recebidas pelo Canal de Denúncias, garantindo a proteção, o anonimato e a não retaliação dos denunciantes;
- (iii) avaliar e monitorar a efetividade e suficiência da estrutura da área de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, e da auditoria independente, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, procedimentos e do ambiente geral de controles internos, mapeamento e gestão de riscos, planos de ação, respostas aos riscos, dentre outros;
- (iv) avaliar e monitorar a efetividade do ambiente de controles internos, incluindo os aspectos de segurança da informação, das transações com partes relacionadas e do atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"); e
- (v) verificar os patamares de ética e de manutenção e/ou construção da identidade da organização, que deve refletir seus princípios e valores.

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, o Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos tem as seguintes responsabilidades:

- Aprovar a metodologia a ser utilizada para condução do processo de gestão de riscos da Companhia;
- Acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos com o objetivo de apoiar o cumprimento de seus objetivos;
- Apoiar o Conselho de Administração em relação a comunicação sobre os riscos de maior relevância;
- Acompanhar e avaliar periodicamente os riscos da Companhia;
- Analisar e opinar sobre as diretrizes e políticas de gestão de risco empresariais, principalmente na estimativa de impacto financeiro e de imagem;

- Avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos;
 e
- Apoiar a Área de Auditoria, Riscos e Compliance na implementação do processo de gestão de riscos.

(c) CEO e Diretores

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, o CEO e os Diretores possuem as seguintes responsabilidades:

- Acompanhar os riscos priorizados;
- Avaliar os relatórios e resultados e prover os direcionamentos apropriados no processo de gestão de riscos;
- Patrocinar a implantação da gestão de riscos em suas respectivas áreas;
- Gerenciar os riscos inerentes às suas atividades (identificar, avaliar, reportar, monitorar e tratar);
- Definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao risco, assim como definir o responsável e data da implantação do plano; e
- Informar à Área de Auditoria, Riscos e Compliance sobre a identificação de novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções.

(d) Head de Auditoria, Riscos e Compliance

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, o Head de Auditoria, Risco e Compliance tem as seguintes responsabilidades:

- Coordenar as atividades de gestão de riscos, apoiando todos os envolvidos na implementação das atividades descritas nesta política;
- Buscar constantemente que a Companhia utilize boas práticas de mercado, a exemplo do que que estabelece o COSO, norma ISO 31000 sobre os Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos e/ou outros frameworks de referência para esta atividade;
- Monitorar os riscos empresariais e os respectivos planos de mitigação;
- Apoiar o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, mantendo-os atualizados sobre os principais riscos empresariais, através de reuniões formais e periódicas e ou esporádicas sempre que necessário;
- Apoiar o processo de identificação, monitoramento dos riscos e seus respectivos planos de mitigação;
- Realizar a consolidação dos riscos; e
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia.

(e) Risk Owner

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, os Risk Owners são responsáveis pela identificação, elaboração de planos de mitigação e tratamento dos riscos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com a criação da Área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* em 2020, foram realizados trabalhos de Auditoria Interna, através da utilização de um modelo de co-sourcing aprovado pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças. Em 2021, 2022 e 2023, o plano de atividades, aprovado pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, foi elaborado com base na cadeia de valor (foco no negócio), na matriz de riscos e na percepção dos administradores da Companhia. A Matriz de Riscos foi atualizada no 2º. Semestre de 2022, conforme previsto na Política de Gestão de Riscos, bem como das métricas de impacto e probabilidade. Em 2021, foi criada uma Comissão de Riscos de Filiais, que tem como objetivo discutir e disseminar as oportunidades de melhorias identificadas nas auditorias realizadas nas Filiais da Companhia. Em 2022, a participação de novos executivos na Comissão de Riscos de Filiais foi ampliada, trazendo uma visão integrada de processos, controles e riscos. Adicionalmente, iniciou-se a avaliação periódica dos controles internos da Companhia, oriundos das fichas de riscos dos principais processos avaliados na Matriz de Riscos.

A Companhia possui um Comitê de Ética, que é órgão de assessoramento vinculado ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, e tem como principais responsabilidades zelar pela observância e pelo cumprimento dos princípios éticos definidos pela legislação aplicável, bem como pelas normas internas da Companhia e por seu Código de Conduta, além de deliberar sobre as ocorrências mais relevantes que envolvam condutas antiéticas, em descordo com o Código de Conduta, praticadas pelos colaboradores da Companhia. Adicionalmente, cabe ao Comitê de Ética julgar os casos de violação de maior gravidade do Código de Conduta e deliberar sobre as sanções disciplinares cabíveis, conforme Política de Consequências. O Comitê de Ética é composto pelo, CEO, Diretores Executivos, Gerente Geral de Rental Leves, Head Jurídico e Head de Auditoria, Riscos e *Compliance*. Periodicamente, o Comitê de Ética presta contas ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos sobre os principais assuntos relacionados a Ética na Companhia.

A Companhia tem se estruturado e avançado em algumas frentes para criar mecanismos de controle preventivos e de monitoramento para identificação de possíveis desvios de conduta que possam impactar a Companhia. Entre estas melhorias, destaca-se a substituição, a partir de maio de 2020, da consultoria responsável pela gestão do canal de denúncias, proporcionando melhores controles no processo e maior transparência, conforme boas práticas de governança corporativa. Em 2021, foi implementada a ferramenta para avaliação de riscos de terceiros no processo de homologação de fornecedores. Nesse processo, inclui-se o envio do Manual de Relacionamento com Terceiros, que traz os principais aspectos do Código de Conduta Mills, a Política Anticorrupção e Antissuborno, publicada em 2022 e que trata também dos aspectos de fraude e lavagem de dinheiro, além do envio de questionário com questões de *Compliance*, LGPD, ESG, dentre outras.

Desde 2020 existe um amplo programa de divulgação do Código de Conduta para todo os colaboradores e para o público externo com o qual a Companhia se relaciona. O Código de Conduta traz temas que a Companhia considera importantes tais como: Propósito e Valores da Companhia, Gestão da Informação, Lei Anticorrupção, Respeito as Políticas, Normas e Procedimentos Corporativos, LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, entre outros. Desde 2021, todos os novos colaboradores são treinados e recebem o certificado do treinamento do Código de Conduta.

Em dezembro de 2022, foi lançado o treinamento sobre a Política Anticorrupção e Antissuborno, obrigatório a todos os colaboradores da Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, os pareceres dos auditores independentes não identificaram qualquer deficiência relevante nos referidos controles.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia julga que os seus controles internos e políticas comerciais, operacionais, financeiras, contábeis e fiscais e de recursos humanos, sejam adequados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

As demonstrações financeiras são elaboradas pela área de Controladoria, pertencente à Diretoria Administrativa Financeira e Relações com Investidores. As informações são revisadas pelo gestor da área, gerência de Planejamento Financeiro e pelo Diretora Financeira e de Relações com Investidores, Presidente, Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, além de serem submetidas ao processo de auditoria independente.

Assim, a Companhia acredita que divulga ao mercado informações confiáveis, consistentes e tempestivas.

Todas as estruturas organizacionais da Companhia estão envolvidas nas práticas dos controles internos, sejam as Unidades de Negócio sejam as áreas de apoio ao negócio.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração e revisada pelo menos uma vez por ano pela Diretoria e Conselho de Administração, por ocasião da emissão da Comunicação de Deficiências de Controles Internos por parte dos Auditores Independentes. Adicionalmente, a área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* definiu, juntamente com o CAFIR, um plano de atividades para 2021 e 2022 que prevê a realização de testes dos principais controles internos, atualização do Mapa de Riscos e a realização de auditorias internas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

De acordo com o relatório de deficiências de controles internos, preparado e emitido pelos Auditores Independentes da Companhia, relativo ao exercício social findado em 31 de dezembro de 2022, foram identificadas determinadas deficiências no ciclo de receita, fechamento contábil, mensuração de valor justo das transações de combinação de negócios, programa de ações restritas, registros fora do regime de competência e pontos de melhoria na área de Tecnologia da Informação, que não geraram a necessidade de nenhum tipo de ajuste adicional nas Demonstrações Financeiras.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração avaliou as recomendações dos auditores independentes e adotou, quando necessário, planos de ação para endereçá-las. No entendimento da Administração da Companhia, tais planos são suficientes para atender as recomendações dos auditores independentes.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

- (a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública
- (i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia

A partir de 2020, a Companhia estruturou uma área de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*. Houve a contratação de um executivo para gerenciar essas atividades, com reporte direto e independente ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos ("CAFIR").

Ao longo de 2020, foi implementado o Programa de Integridade aplicável a todos os colaboradores da Mills e pessoas com quem a empresa se relaciona, sejam clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios. O Programa de Integridade tem como objetivo consolidar as iniciativas da Companhia para a promoção da integridade, da ética e da mitigação de riscos tendo sido estruturado em nove pilares, separados em três principais categorias: Prevenir, Detectar e Responder.

Como principais atividades, houve a atualização do Código de Conduta, elaboração de Políticas Internas, criação do Comitê de Ética e troca do fornecedor responsável pelo Canal de Denúncias. Adicionalmente, foi elaborado um plano de comunicação e treinamentos relacionados ao Programa de Integridade para todos os colaboradores. Em 2021, houve a atualização do mapa de riscos e a revisão das métricas de impacto e probabilidade, além da implementação da ferramenta de avaliação de riscos de terceiros, principalmente no processo de homologação de fornecedores.

Com base na Lei 12.846 de 2 de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), uma empresa poderá responder por atos nocivos contra a Administração Pública, como por exemplo: suborno com pagamento de "propina" por parte da empresa à um funcionário público, mesmo se não houver envolvimento direto por parte dos representantes ou acionistas.

A referida legislação, se aplica a sociedades empresariais e sociedades simples, fundações, associações, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro e pessoas físicas como dirigentes, administradores ou qualquer pessoa autora, coautora ou partícipe do ato ilícito, apresentando sanções, tanto na esfera cível, como administrativa, tais como a perda de bens e a aplicação de multas de até 20% (vinte por cento) do faturamento da empresa.

A Companhia está comprometida com o cumprimento de todo o conteúdo da Lei Anticorrupção e de todas as leis e regulamentações aplicáveis e em vigor relacionadas ao combate de práticas de suborno e corrupção. A Companhia estabelece a exigência de que todos os seus administradores, colaboradores e prestadores de serviço, conduzam todas as suas atividades, com integridade e nos mais elevados padrões éticos. Em 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a Política Anticorrupção e Antissuborno, que trata dos aspectos de fraude e lavagem de dinheiro. Em 2022, um treinamento sobre essa Política foi disponibilizado a todos os colaboradores, através da plataforma de treinamentos Escola Mills.

Todo colaborador é responsável por reportar imediatamente aos canais de denúncia disponibilizados pela Mills, toda e qualquer conduta que viole ou possa violar as normas da Lei Anticorrupção e do Código de Conduta e/ou que se configure como um ato de corrupção, seja consumado, tentativa ou na mera estruturação do crime.

5.3 Programa de integridade

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A área de Auditoria, Riscos e Compliance, estruturada em 2020, reporta diretamente e de forma independente ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, e possui colaboradores dedicados à gestão do Programa de Integridade Mills.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Conduta foi atualizado em dezembro de 2022 e aprovado pelo Conselho de Aministração em janeiro de 2023 e deve servir de guia aos administradores, todos os colaboradores, prestadores de serviços e demais pessoas e organizações com as quais a Companhia se relaciona, buscando, por meio de um conjunto de valores, refletir elevados padrões éticos e morais, assegurar credibilidade e preservar a imagem da Companhia. Com o objetivo de seguir as boas práticas de mercado de revisão periódica, e com o lançamento recente do novo posicionamento da marca Mills, o Código de Conduta encontra-se em revisão e tratará sobre novos assuntos, tais como a LGPD.

Todos os colaboradores são treinados imediatamente após serem contratados. A área de Auditoria, Riscos e Compliance possui um cronograma anual de comunicação à todos os colaboradores sobre os assuntos de Compliance, que trata mensalmente de cada um dos nove pilares do Programa de Integridade.

A Companhia possui um Comitê de Ética, que é o órgão de assessoramento vinculado ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, e tem como principais responsabilidades, zelar pela observância e pelo cumprimento dos princípios éticos definidos pela legislação aplicável, bem como pelas normas internas da Companhia e por seu Código de Conduta, além de deliberar sobre as ocorrências mais relevantes que envolvam condutas antiéticas, em descordo com o Código de Conduta, praticadas pelos colaboradores da Companhia. Adicionalmente, cabe ao Comitê julgar os casos de violação de maior gravidade do Código de Conduta da Mills e deliberar sobre as sanções disciplinares cabíveis, conforme Política de Consequências. O Comitê de Ética é composto pelo CEO, Diretores Executivos, Head Jurídico e Head de Auditoria, Riscos e Compliance. Periodicamente, o Comitê de Ética presta contas ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos sobre os principais assuntos relacionados a Ética na Companhia.

O Código de Conduta da Mills foi atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração em 9 de janeiro de 2023. Está disponível no site de Relações com Investidores da Mills (https://ri.mills.com.br/listgroup.aspx?idCanal=Tf8hM/NdpyRPvgI/XDIQ4w==)

(b) canal de denúncia

(i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros.

O Canal de Denúncia da Mills é terceirizado junto à empresa especializada chamada Aliant.

(ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados

O Canal de Denuncia é aberto à todos os colaboradores e terceiros por meio do endereço: www.canaldedenuncia.com.br/mills/

(iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A Companhia disponibiliza um canal para receber denúncias por meio do qual qualquer desvio de conduta em relação ao Código de Conduta ou suspeita de irregularidade podem ser relatados

5.3 Programa de integridade

com garantia de sigilo total de identidade. A Companhia também reforça que nenhum tipo de retaliação aos denunciantes será tolerado, sob qualquer hipótese.

(iv) órgão responsável pela apuração de denúncias

A área de Auditoria, Riscos e Compliance é a responsável por analisar as denúncias recebidas e por convocar o Comitê de Ética para a apreciação e deliberação sobre as denúncias confirmadas.

Cabe ainda ao gestor da área de Auditoria, Riscos e Compliance reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos e ao Conselho de Administração as principais atividades do Comitê de Ética e informações pertinentes sobre o Canal de Denúncia.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A Política Anticorrupção e Antissuborno determina que todas as vezes que a Companhia buscar novos negócios através de fusão, incorporação, aquisição de qualquer organização ou ativo, deve ser realizado, previamente à conclusão da operação, além da avaliação econômica, uma due diligence, com o objetivo de identificar o histórico de envolvimento com corrupção ou outras condutas ilegais ou antiéticas envolvendo a empresa a ser adquirida. A Companhia efetua a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas) para os processos de due diligence de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos nas operações.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

A Política Anticorrupção e Antissuborno, publicada em 2022 e que trata também dos aspectos de fraude e lavagem de dinheiro. Adicionalmente, a área de Auditoria, Riscos e Compliance revisa semestralmente o Mapa de Riscos, realiza periodicamente os testes de efetividade dos principais controles internos e recomenda melhorias contínuas nos processos e controles para evitar perdas e mitigar os riscos.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas ao item 5.